

**DOCUMENTOS DE TRABAJO IELAT**

---

**Nº 81 – Diciembre  
2015**

**CONSTRUÇÕES DISCURSIVO-IDEOLÓGICAS E HISTÓRICAS DA  
IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA**



**Janet Abrao**



# **CONSTRUÇÕES DISCURSIVO-IDEOLÓGICAS E HISTÓRICAS DA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA**

**Janete Abrao**



Estos documentos de trabajo del IELAT están pensados para que tengan la mayor difusión posible y que, de esa forma, contribuyan al conocimiento y al intercambio de ideas. Se autoriza, por tanto, su reproducción, siempre que se cite la fuente y se realice sin ánimo de lucro. Los trabajos son responsabilidad de los autores y su contenido no representa necesariamente la opinión del IELAT. Están disponibles en la siguiente dirección: [Http://www.ielat.es](http://www.ielat.es)

Instituto de Estudios Latinoamericanos  
Universidad de Alcalá  
C/ Trinidad 1  
Edificio Trinitarios  
28801 Alcalá de Henares – Madrid  
[www.ielat.es](http://www.ielat.es)  
[ielat@uah.es](mailto:ielat@uah.es)

**Equipo de edición:**

David Corrochano  
Yurena González Ayuso  
David Montero Pérez  
Eva Sanz Jara  
Inmaculada Simón  
Lorena Vásquez González  
Guido Zack

Consultar normas de edición en el siguiente enlace:  
<http://www.ielat.es/inicio/repositorio/Normas%20Working%20Paper.pdf>

DERECHOS RESERVADOS CONFORME A LA LEY  
Impreso y hecho en España  
Printed and made in Spain  
ISSN: 1989-8819

**Consejo Editorial**

**UAH**

Diego Azqueta  
Concepción Carrasco  
Isabel Garrido  
Carlos Jiménez Piernas  
Manuel Lucas Durán  
Diego Luzón Peña  
Pedro Pérez Herrero  
Daniel Sotelsek Salem  
Miguel Rodríguez Blanco  
José Juan Vázquez Cabrera

**Unión Europea**

Walther Bernecker (Friedrich-Alexander-Universität Erlangen-Nürnberg, Alemania)  
José Esteban Castro (Newcastle University, Gran Bretaña)  
Sergio Costa (Instituto de Estudios Latinoamericanos, Universidad Libre de Berlín, Alemania)  
Ana María Da Costa Toscano (Centro de Estudios Latinoamericanos, Universidad Fernando Pessoa, Porto, Portugal)  
Georges Couffignal (Institute des Haute Etudes de L'Amérique Latine, Paris, Francia)  
Olivier Dabène (Instituto de Estudios Políticos de Paris (Sciences Política), Francia)  
Leigh Payne (Latin American Centre and Brazilian Studies Programme, Oxford, Gran Bretaña)  
Marisa Ramos Rollón (Universidad de Salamanca, España)

**América Latina y EEUU**

Janete Abrao (Pontificia Universidad Católica de Rio Grande do Sul, Brasil)  
Eduardo Cavieres (Pontificia Universidad Católica de Valparaíso, Chile)  
Francisco Cueto (Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales –FLACSO-, República Dominicana)  
Eli Diniz (Universidad Federal de Río de Janeiro, Brasil)  
Juan Ramón de la Fuente (Universidad Nacional Autónoma de México, México)  
Pablo Gerchunoff (Universidad Torcuato Di Tella, Argentina)  
Christine Hunefeldt (Universidad de California San Diego, Estados Unidos)  
José Luis Machinea (Universidad Torcuato Di Tella, Argentina)  
Armando Martínez Garnica (Universidad Industrial de Santander, Bucaramanga, Colombia)  
Carlos Marichal (El Colegio de México, México)  
Marcos Neder (Trench, Rossi e Watanabe Advogados Sao Paulo, Brasil)  
Peter Smith (Universidad de California, San Diego, EEUU)

# CONSTRUÇÕES DISCURSIVO-IDEOLÓGICAS E HISTÓRICAS DA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA

Janete Abrao <sup>1</sup>

## Resumo

Este artigo pretende analisar e interpretar as construções discursivo-ideológicas e históricas da identidade nacional brasileira no decorrer dos séculos XIX e XX. Deste modo, é o processo histórico de construção de sentidos e de (re)significações da identidade nacional no Brasil que tratam as páginas seguintes, e que tem como base discursos produzidos e difundidos por literatos, sociólogos e intelectuais. A perspectiva não é da identidade em si, mas da identidade de que se fala. Se busca analisar, por conseguinte, as representações e os discursos elaborados pela elite letrada sobre a identidade nacional, refletindo sobre sua repercussão na sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** nação, identidade nacional brasileira, construção discursivo-ideológica, Brasil.

## Resumen

Este artículo pretende analizar e interpretar las construcciones discursivo-ideológicas e históricas de la identidad nacional brasileira a lo largo de los siglos XIX y XX. De este modo, es el proceso histórico de construcción de sentidos y de (re)significaciones de la identidad nacional en Brasil que tratan las páginas que siguen, y que tienen como base los discursos producidos y difundidos por literatos, sociólogos e intelectuales. La perspectiva no es de la identidad en sí, sino de la identidad de la cual se habla. Se busca analizar, en ese sentido, los discursos y las representaciones creadas por la elite letrada sobre la identidad nacional, reflexionando sobre su repercusión en la sociedad brasileña.

**Palabras clave:** nación, identidad nacional brasileña, construcción discursivo-ideológica, Brasil.

---

<sup>1</sup> Graduada em Licenciatura em Historia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS,1991, Brasil). Mestre em História do Brasil (PUCRS,1995). Doutora em História Contemporânea pela Universitat de Barcelona (UB, 2007). Lecionou, entre 1995 e 2012, nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Brasil). Foi editora da revista On-line "Oficina do Historiador". Atualmente, é professora e investigadora associada ao Instituto Universitário de Estudios Latinoamericanos (IELAT), da Universidad de Alcalá Henares (UAH), Espanha (2013-). Atua, principalmente, nas seguintes linhas de investigação: Formação dos Estados Nacionais, Identidade Nacional, Teorias do Nacionalismo, História Contemporânea, História Iberoamericana, História do Brasil e Relações Internacionais. E-mail: janete.silveira@uah.es.

# ÍNDICE

Resumo.....	4
Resumen.....	4
INTRODUCCIÓN.....	6
DE VON MARTIUS A DAMATTA: CONSTRUÇÕES DISCURSIVO-IDEOLÓGICAS SOBRE A IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA .....	8
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	30

## INTRODUCCIÓN

Antes de chegar a uma definição da identidade nacional no marco deste estudo, cabe primeiramente enfatizar que toda definição é teoria. Neste sentido, os conceitos são instrumentos de compreensão, e não realidades concretas. Se considera neste trabalho, portanto, que as identidades, assim como as nações, são "construções" sociais, culturais, discursivo-ideológicas e políticas que se desenvolvem em determinados contextos históricos. Assim sendo, ainda que os conceitos-chave como nação, identidade nacional, alteridade, cultura e nacionalismo são aplicados a este texto, nenhum deles define algo de preciso se não explicitarmos o modo como eles são utilizados, as épocas e os contextos a que se referem e, sobretudo, o *corpus* discursivo que suscita sua (re)discussão. Esse *corpus* é composto fundamentalmente por interpretações historiográficas e sociológicas, assim como por textos literários e alguma iconografia.

Em se tratando de identidade, cabe considerar que os atos de identificação estão situados historicamente, ou seja, "se produzem em contextos concretos, têm sua dramaturgia própria e, ao mesmo tempo, são atos da fala, estão dirigidos a interlocutores particulares e têm uma natureza inerentemente dialógica" (Rosa, Bellelli y Bakhurst, 2000:51). Assim que, ao planejar-se o que o sujeito efetivamente e realmente é, qual é seu autêntico ser, implicaria uma concepção essencialista da identidade e da nação que não se comparte nesse estudo, não obstante a identidade nacional ser uma das identidades formadoras do individuo e das coletividades. Na formulação essencialista do problema tem lugar a continuidade, ou seja, se indaga sobre "quem somos". Para os essencialistas, a identidade é algo estável, continuo e imutável. Em contrapartida, a formulação não-essencialista pensa a identidade como construída historicamente pelo discurso e a prática discursiva, como um processo inacabado, e as perguntas que se faz são: Como temos sido representados? Como nos representamos? Quais são as implicações de tais representações?

A identidade necessita da alteridade, e é nesta relação com o outro que as identidades são elaboradas, se transformam e lutam por reconhecimento. Precisamente, a identidade está relacionada a quadros de referência, de identificação e a sua busca pelo reconhecimento, tanto a nível interno como externo. Segundo Stuart Hall (1999), as culturas nacionais produzem sentidos com os quais podemos nos identificar e constroem, assim, suas identidades. Esses sentidos estão contidos em histórias, memórias e imagens que servem de referências, de nexos para a construção de uma identidade da nação.

De igual forma, a "nação" não se reduz a uma entidade política, pois é também um sistema de representação cultural. É o conjunto de discursos, imagens, símbolos e valores que constroem uma identidade comum, como comunidade política e cultural. Por sua vez, a "ideologia", outro conceito polissêmico e complexo, neste estudo se materializa no discurso, entendido não só como linguagem,



mas também como um conjunto de formulações que abarca os processos de significação. Desta maneira, o termo "ideologia" é usado para o conjunto de representações que se torna compartilhado coletivamente, sem que se subordine o segundo ao primeiro. Como elucida Hall (1997), as coisas não significam, nós é que construímos o sentido usando sistemas de representação, conceitos e signos.

No que se refere às representações, são definidas, de acordo com Roger Chartier (1990) e Pierre Bordieu (2006), como construções sociais da realidade, na qual os sujeitos fundamentam suas visões de mundo a partir de seus interesses e de seu grupo. De esta forma, os sujeitos e o grupo, ao qual pertencem, criam representações de si e de outros grupos, fundamentando suas visões de mundo sobre a realidade. As representações, portanto, são as matrizes dos discursos dos sujeitos e dos grupos. Cabe ressaltar que, para Bordieu, nos estudos das representações não existe separação entre o caráter objetivo e o caráter subjetivo, pois as representações partem de estes dois âmbitos. Conforme explica Bordieu, há um "jogo" no qual se produzem as representações, e existem crenças que as sustentam. No campo social, permeado de tensões, interesses e conflitos entre os grupos, existem as "lutas de representação". Para compreender as lutas de representação, que ocorrem através dos discursos, Chartier enfatiza que é necessário sempre "discernir a posição de quem fala". Sendo assim, "as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais se impõe, ou tenta se impor, sua concepção de mundo social, os valores que são seus, e seu domínio" (1990: 17). Segundo Hall, a representação é a produção de sentido e de conceitos nas nossas mentes mediante a linguagem. É o vínculo entre os conceitos e a linguagem que nos capacita para referirmos, seja ao mundo "real" dos objetos, gentes ou eventos, ou ainda aos mundos imaginários dos objetos, gentes e eventos (1997: 4). Deste modo, é o processo histórico de construção de sentidos e de (re)significações da identidade nacional no Brasil que tratam as páginas seguintes, e que tem como base discursos produzidos e difundidos por literatos, sociólogos e intelectuais. A perspectiva não é da identidade em si, mas da identidade de que se fala. Se busca analisar, por conseguinte, as representações elaboradas pela elite letrada sobre a identidade nacional, refletindo sobre sua repercussão na sociedade brasileira. Para alcançar tal intento, é necessário compreender o contexto nos quais os discursos foram produzidos, os sentidos dos textos e as intencionalidades das representações construídas.



## **DE VON MARTIUS A DAMATTA: CONSTRUÇÕES DISCURSIVO-IDEOLÓGICAS SOBRE A IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA**

Com relação ao contexto, em 1822, o Brasil proclamou sua independência de Portugal. Em três séculos de colonização (1530-1822), os portugueses haviam conquistado um país de grandes dimensões dotando-o de unidade territorial, linguística, cultural e religiosa (pelo menos oficialmente). Mas, haviam legado também uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia baseada na monocultura latifundiária (com todas as repercussões sociais e ambientais que isso acarretou) e um Estado de caráter marcadamente absolutista. O Brasil independente era uma entidade política emergente, no qual não havia nenhuma identidade política coletiva que ultrapassasse as fronteiras regionais. Em realidade, o Brasil era um agregado de províncias, cada uma governada por leis particulares de municipalidade. O que havia era um enorme mosaico de diferenças e patriotismos de caráter local, ou seja, havia "pernambucanos", "paulistas", "baianos", mas não havia "brasileiros" pois, dentre outros fatores, a cultura política do absolutismo ilustrado havia negado o reconhecimento da politização da diversidade, considerada incompatível com o racional manejo do Império português, cujas partes jamais poderiam ser felizes senão em reunião com um todo uniforme, amalgamado pela monarquia reformada pela exigência das Luzes (Jancsó y Pimenta, 2000: 146). Neste sentido, com a independência política e jurídica do Brasil havia a necessidade de criar uma nação homogênea e consolidar um Estado que se pretendia nacional. Segundo José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), naturalista, estadista, poeta e político brasileiro, conhecido como "o patriarca da independência":

“[...] é da maior necessidade ir acabando com tanta heterogeneidade física e civil; cuidemos pois desde agora em combinar sabiamente tantos elementos discordes e contrários, e amalgamar tantos metais diversos, para que saia um todo homogêneo e compacto, que não se desfaça ao pequeno toque de qualquer nova convulsão política” (Andrada e Silva *apud* Cadernos de História 7, 1964: 48).

A criação de uma nação homogênea era fundamental para a consolidação do Estado, que não podia contar com a lealdade dos "cidadãos" enquanto não existisse a nação. Em outras palavras, a hegemonia não pode limitar-se apenas à dominação, necessita também funcionar como direção intelectual e moral, deixando a política de estar baseada na força para estar fundamentada no consentimento. No entanto, esta era uma tarefa bastante difícil e complexa, pois não havia equivalência entre corpo social e nação no contexto escravocrata. De fato, segundo István Jancsó e João Paulo Pimenta:

“Não era fácil para as elites luso-americanas desnudarem-se de algo profundamente enraizado como a identidade portuguesa, expressão sintética de sua diferença e superioridade diante de muitos para quem esta condição estava fora de alcance. Saber-se português constituía o cerne da memória que aclarava a natureza das relações que mantinham com o restante do corpo social em suas pátrias particulares, aquela massa de



gente de outras origens com a qual, sobre a qual, ou contra a qual cabia organizar o novo corpo político" (2000:173).

A presença de uma grande população de escravos representava um sério desafio para qualquer projeto de nação e de identidade nacional homogêneas em termos culturais, cívicos e políticos. Outro aspecto importante é que, no Brasil, não houve uma revolução que resultara em uma cultura política nova ou que destruísse estruturas sociais e econômicas seculares. A independência política e jurídica foi resultado de um acordo entre as elites regionais e a monarquia, sob a mediação da Inglaterra. Após a independência, a dinastia portuguesa de Bragança imperou como monarquia constitucional por quase sete décadas e a escravidão se estendeu até 1888, ou seja, até um ano antes da proclamação da República, que pôs fim ao Império. Após a independência, a ideia de pátria, conforme afirma José Murilo de Carvalho (2009), se manteve ambígua, e poderia ser usada para denotar o Brasil ou as províncias; em realidade, a identificação emotiva era com a província. O Brasil, assevera Carvalho, "era uma construção política, um ato de vontade movido antes pela mente do que pelo coração" (p.77). Sendo assim, foi durante o Império (1822-1889) que a nação brasileira foi forjada, assim como as bases da construção discursivo-ideológica da identidade nacional brasileira ou do "caráter brasileiro", como se chamava na época. A partir de 1822, a fração das elites (ou das oligarquias) que conseguissem reunir forças ao redor da monarquia e do centro político no Rio de Janeiro, necessitavam esculpir um sentido de identidade nacional que sobrepujasse tanto as forças centrífugas das identidades regionais e locais disparees quanto as oriundas da profunda diversidade racial e de uma sociedade altamente estratificada e desigual (Peres Costa, 2008: 300). Contudo, a construção de uma nação e de uma identidade nacional supunha um complexo equilíbrio de alianças e rupturas com Portugal, que era fonte de identidade política e cultural, pois a nação que se pretendia criar não contava com um passado remoto e compartilhado, com símbolos e tradições, bem como com uma literatura e uma história nacional. Não existia um imaginário útil à configuração de um estado nacional. Era necessário criá-lo.

Esta situação envolveu um processo complicado de manutenção de alguns valores, destruição de outros e, ao mesmo tempo, reconstrução de novos laços com o mundo europeu e o sistema mundial de estados-nação. As elites tinham que levar em consideração referências que eram ao mesmo tempo diferentes daquelas da antiga potência colonial, mas que, ainda assim, necessitavam permanecer ligadas à Europa e ser reconhecidas pelos padrões europeus. Mesmo que seu comportamento pudesse parecer um paradoxo, as elites que lideraram o movimento pela independência não pretendiam uma separação radical com relação à Europa, pois elas queriam participar dos benefícios do capitalismo, que só poderiam ser alcançados no contexto do mundo atlântico europeu. Além disso, grande parte das elites políticas e letradas possuíam uma formação cultural europeia; eram políticos ou altos funcionários do Estado. Essa elite letrada, em inícios do século XIX, precisamente a partir dos anos 1820, sofreu a influência do Romantismo europeu, importante fator na criação de nações.



O Romantismo foi contemporâneo do processo de independência na América Latina e assumirá a função de fornecer aos intelectuais brasileiros as referências para a nação que se propunham criar. Na criação da nação e da identidade nacional foi utilizada uma linguagem romântica, que procura na história e na cultura, motivos para que uma entidade como o Brasil existisse separadamente de sua antiga metrópole. Desta maneira, a tarefa que se impõe aos homens da época é a de completar a obra da independência política, dotando o país de maior autonomia cultural. De forma complementar, a elite intelectual de inícios do século XIX, impregnada do nacionalismo romântico europeu, considerava que para existir a nação, era imprescindível que houvesse literatura e historiografia brasileiras. Curiosamente, tanto a crítica literária como a historiografia romântica no Brasil foram fundadas por estrangeiros: os franceses François-René Chateaubriand (1768-1848) e Jean-Ferdinand Denis (1798-1890), o inglês Robert Southey (1774-1843) e o bávaro Karl Friedrich Phillip von Martius (1794-1868), que tiveram uma importância significativa na configuração dos elementos constitutivos da identidade nacional. De forma contraditória e irônica, o movimento literário que mais insiste na autonomia da nossa vida intelectual não é iniciado por brasileiros, ainda que antes dos românticos havia literatura produzida por escritores nascidos no Brasil, mas não propriamente literatura brasileira como algo consciente e reconhecido como tal. A obra "Atala", de Chateaubriand, diplomata, político e escritor, despertou nos escritores brasileiros a atenção sobre a natureza americana e sobre os indígenas, revelando uma matéria-prima que os escritores brasileiros tinham em sua "casa".

As relações do viajante e historiador francês, Ferdinand Denis, com o Brasil, são uma indicação clara de que, apesar da independência, as elites letradas seguiram buscando legitimação cultural fora do país e, principalmente, na França. Durante todo o século XIX e a primeira metade do século XX, a França foi, para o Brasil, a principal referência em termos culturais. Cabe acrescentar que recebemos da França até a denominação sob a qual nos reconhecemos: América Latina. Como se sabe, foi Napoleão III que, preocupado em assegurar a influência francesa nas nações ameaçadas de cair sob o domínio econômico e cultural britânico, promoveu a latinidade, que lhe asseguraria a anexação do México e a aliança com outros países latino-americanos. Os objetivos de Napoleão III não foram alcançados, mas a vitória cultural da França já estava assegurada. Sob a influência do positivismo de Auguste Comte, definimos os ideais, as instituições e os símbolos de nossa república proclamada em 1889, como, por exemplo, a divisa da bandeira do Brasil com seu lema: "Ordem e Progresso" (ordem social e progresso econômico). Na virada do século, Paris era, sem contestação, a capital cultural da América Latina (Perrone-Moisés, 2007: 38).

Ferdinand Denis, por sua vez, esteve no Brasil entre 1816 e 1822. Teve uma influência decisiva sobre os escritores românticos brasileiros e lhes incitou a continuarem com o tema indigenista já presente na nossa literatura colonial, e que acabava de receber um certificado de nobreza internacional com os romances de René Chateaubriand. Inspirados por Denis, nossos escritores românticos se concentraram nos valores locais que correspondiam aos temas de Chateaubriand: a natureza selvagem



e os indígenas. Segundo Denis, a literatura brasileira tinha que procurar ser original, recusando os mitos gregos, que não estariam "de acordo com o clima, nem com a natureza, nem com as tradições locais" (Ricupero, 2004: 87). O nacionalismo romântico se direcionou, então, para os "naturais" da terra, pois, de acordo com Denis, os povos exterminados pelos europeus poderiam fornecer inspiração, sob a forma de lendas misteriosas e poéticas. A finalidade era mostrar à Europa que tínhamos antepassados tão nobres como os cavaleiros da Idade Média europeia, e uma natureza ainda mais bonita e grandiosa que a dos países europeus. Quanto à natureza, ela era, de fato, o que tínhamos para contrapor, com orgulho pela sua grandiosidade e exuberância, aos delicados cenários europeus. Em realidade, o problema principal para os brasileiros, após a independência, era se pensarem como brasileiros e não como portugueses, portugueses-americanos ou "paulistas" ou qualquer das outras identidades regionais. Assim sendo, o indígena brasileiro ou a representação que se decidiu fazer dele, ofereceu várias possibilidades. Em primeiro lugar, os indígenas se encontravam no território antes dos portugueses, sendo possível considerá-los os primeiros brasileiros e, em segundo lugar, a representação do indígena serviu como mito fundacional. Os românticos, portanto, procuram um representante para o passado remoto, o indígena e as referências para esse mito, que estabelecem a identidade de uma nação de recente formação como o Brasil. Os indígenas constituíam uma matéria romântica e poética com múltiplas vantagens: eram a origem mítica necessária a toda nação; eram nossa parte original, não europeia; já quase exterminados, se prestavam a todas as fantasias; serviam de biombo para os negros, que estavam demasiadamente próximos e suscitavam a questão espinhosa da escravidão, cuja abolição só se tornou tema literário quando eminente, por consenso e por pressão internacional, principalmente inglesa (não podemos esquecer as teorias liberais relacionadas ao livre comércio).

Para a geração de escritores românticos, os indígenas representavam as origens distantes sobre as quais se apoiava a nação. Em efeito, surgiu o movimento literário chamado indianismo, que buscava as raízes nacionais a partir do século XVI e idealizava o indígena ao transformá-lo, em alguns poemas e novelas, em um verdadeiro herói.

Outro aspecto da perspectiva dos românticos sobre os indígenas se manifestava nas novelas, nas quais a formação de casais amorosos interétnicos assumia uma clara centralidade. Um exemplo emblemático, é o escritor José de Alencar, referência importante na história da literatura brasileira. Seus livros, apesar da maior parte da população ser analfabeta, foram populares. Alencar é considerado (junto a Machado de Assis) "o pai da literatura nacional" e iniciador da novela moderna no Brasil. Uma de suas obras mais conhecidas é "Iracema", "a virgem dos lábios de mel", como ele a descreveu. Publicada em 1865, foi escrita em forma de prosa poética, o que confere uma dimensão mítica, de lenda, mas sempre apoiada em um argumento histórico. Segundo a novela (1997), Iracema era filha de um líder espiritual, da tribo Tabajara - tribo *tupi* que, durante a colonização, luta contra os portugueses



a favor dos franceses, que invadem o Brasil no século XVI. Entretanto, ao conhecer Martim<sup>2</sup>, um soldado português que foi feito prisioneiro pela tribo de Iracema. Ela se apaixonou por ele à primeira vista. Após conseguir salvá-lo de todos os perigos, Iracema aceitou o amor do português e fugiu com ele pelas florestas e praias do Ceará (província do Nordeste brasileiro, terra natal de Alencar), abandonando a sua tribo. Em efeito, quando Iracema se entrega a Martim, ela rompe com os laços sagrados de sua tribo e sai da esfera mítica para entrar no âmbito da história, do combate "civilizatório", que ocorreu nos tempos da colonização. Mas, Iracema, não resistiu ao parto de seu filho, Moacir, e morreu. Martim, muito triste e acompanhado de seu fiel amigo, o indígena Poti, saiu em busca de outros colonos para povoar o lugar no qual Iracema deu à luz e morrera. Assim sendo, o colonizador luso trouxe o amor e a desgraça para Iracema, representando a destruição das tribos e das etnias indígenas com o avanço da colonização. Moacir, por sua vez, é o Brasil mestiço, fruto do colonizador e da filha da terra. A formação da identidade nacional é, portanto, simbolizada através desse encontro. Nesta novela, como em outras tantas da época, a nação se impunha, e a identidade nacional, vista através do olhar romântico, estava constituída para mostrar que as sociedades não se compunham tão somente de brancos, e que os "outros" deviam ser levados em consideração, ainda que em sua "natural" condição subalterna, para a conformação da unidade nacional.

Contudo, segundo assegura Ricupero, a representação do indígena não permaneceu, no decorrer da história, como essência imutável:

“Talvez os românticos quisessem que pensássemos assim, mas, em verdade, a representação sobre os 'primeiros brasileiros' há variado durante o Império e seguiu mudando depois da proclamação da República.[...]. [...], em cada um desses momentos, sua imagem desempenhou diferentes funções ideológicas” (2004: 154).

Ainda que os objetivos de toda a geração de românticos brasileiros era a construção de uma literatura nacional e que o Brasil existisse como uma nação singular e independente, era necessário, todavia, que a nação contar também com uma historiografia e uma história nacional. O passado, reconstruído intelectualmente é, de maneira geral, uma importante fonte de legitimidade para o poder político e para a ordem social existente, pois se seleciona entre os acontecimentos e as estruturas do passado o que pode dar suporte a uma narrativa que dote de significado uma comunidade nacional. Neste sentido, no esforço para estabelecer referências para a nação brasileira, a história tem um papel central e a maior parte da historiografia brasileira, do século XIX, é de construção nacional apologética.

O nascimento da historiografia nacional esteve intimamente vinculada a uma instituição com sede no Rio de Janeiro, o Instituto Histórico e Geográfico (IHGB), fundado em 1838 a imagem e semelhança do *Institut Historique de Paris*, criado em 1834. Era fundamental configurar um perfil para a

---

<sup>2</sup> Martim Soares Moreno foi um personagem histórico, real. Desta maneira, Alencar mescla, em sua obra, aspectos mitológicos da cultura indígena com a colonização portuguesa do Brasil.



nação brasileira e constituir uma memória coletiva (nacional) dentro da tradição de civilização e progresso própria da Ilustração. Sob esta perspectiva, o passado colonial também deveria ser reconstituído, pois se apresentava como o cimento histórico do presente. Portanto, seguindo as diretrizes europeias, era necessário investigar e organizar os documentos históricos comprobatórios dos "fatos autênticos". Além disso, o historiador deveria olhar para o passado para assinalar o caminho para o futuro da nação. As atividades do IHGB deveriam pautar-se por duas diretrizes principais: a recoleção de documentos e o incentivo ao ensino da História do Brasil. Como afirma Manoel Salgado Guimarães, a historiografia elaborada pelo IHGB pretendia "produzir uma homogeneização da visão do Brasil no interior das elites brasileiras" (1988:6). Dos 27 sócios fundadores do IHGB, 22 ocupavam posições na alta burocracia do Estado, tendo sido eleitos com base nas relações sociais e políticas que seguiam os moldes das academias ilustradas europeias. Ficava assinalado de maneira objetiva que parte da elite política do Império, a qual muitos dos seus membros haviam nascido em Portugal, integrava a instituição que se propunha como tarefa a escrita da História do Brasil. Os vínculos entre o IHGB e a monarquia se faziam ainda mais explícitos ao constatar-se que o Estado contribuía com doações que alcançavam 75% de seu orçamento, e que o Imperador Pedro II foi um assíduo de suas sessões entre 1849 e 1889, ou seja, até a proclamação da República (Prado, 2009:286).

Na "Revista" do Instituto, publicada trimestralmente e que começou a ser editada em 1839, dentre os temas centrais abordados se pode encontrar: a ideia da monarquia como garante da unidade do território e da grandeza nacional por oposição às repúblicas da América de colonização espanhola, e a construção da visão da História do Brasil como uma evolução suave e contínua, em que se destaca a ausência de rupturas violentas. Mas, para fins deste estudo, dentro da vasta e diversificada produção do IHGB, abordarei uma das questões centrais que reside no cerne da construção historiográfica nacional e que marcou indelevelmente as gerações posteriores de historiadores, como poderosa ideia formadora do imaginário social e como integrante da construção discursiva e ideológica da identidade nacional brasileira: a representação do Brasil como uma sociedade única, resultado da mescla raciais e culturais entre brancos, indígenas e negros. Essa ideia foi elaborada de maneira precisa pelo vencedor do concurso internacional promovido pelo IHGB, em 1840, e que convidava aos possíveis participantes a responder a seguinte pergunta: "Como se deve escrever a História do Brasil?". O ganhador do concurso foi o naturalista bávaro Karl Friedrich Phillip von Martius.<sup>3</sup> Sua monografia causou uma impressão tão positiva entre os membros do Instituto que o naturalista foi convidado a escrever um livro de História do Brasil, o que jamais sucedeu. Sua interpretação, pensada por ele como filosófica e pragmática, estava em consonância com as discussões sobre a disciplina histórica que se desenvolvia na Alemanha naquela época. Sua aplicação ao Brasil produziu ideias que acabaram por constituir-se em um conjunto de princípios e diretrizes orientadores para pensar uma história nacional, presentes nos trabalhos e

---

<sup>3</sup> Von Martius havia visitado o Brasil antes da Independência, na qualidade de botânico participante de uma viagem científica organizada pela Real Academia de Ciências de Munique.



reflexões do IHGB, assim como na obra emblema deste esforço de construção discursiva e simbólica da nação brasileira no século XIX: a "História Geral do Brasil", do diplomata e historiador Francisco Adolfo Varnhagen (1816-1878), publicada em 1854.

Em sua monografia, von Martius afirma que todo aquele que pretenda escrever a história do Brasil, "país que tanto promete", não poderia perder de vista os "três elementos" que "concorrem para o desenvolvimento do homem" no país. Afirmava que a sociedade brasileira se constituiu como resultado da "fusão" das três raças: "a de cor cobre, a branca e a negra", com o que sedimentava um poderoso emblema para a ideia de uma identidade nacional. Segundo von Martius, eram "três elementos de natureza muito diversa", mas foi como resultado de seu encontro, de sua mescla, de suas relações mútuas e transformações, como se formou a população brasileira "cuja história por isso mesmo tem um selo muito particular". A continuação discorria sobre a necessidade de se estudar os indígenas, aos portugueses e, com menos interesse, aos negros. Propunha um amplo programa de estudos. A "história do indígena como parte da história do Brasil" deveria começar "pelo juízo preciso sobre a natureza primitiva dos autóctones brasileiros"; depois devia se seguir com o estudo das línguas, começando pela principal, o *tupi*; e, por último, a mitologia, as teogonias e as geogonias das "raças indígenas brasileiras" (1845: 289-411). De acordo com a visão eurocêntrica do período, von Martius não conferia aos três elementos os mesmos papéis e relevância; havia uma nítida hierarquia que partia do branco, passava pelo indígena e chegava ao negro, que se situava no nível mais baixo.

A invenção do Brasil como o encontro das três raças obteve o reconhecimento imediato, tanto que na "História Geral", de Varnhagen (1948), o autor encontrou o momento histórico perfeito para mostrar como as três raças se haviam unido para "salvar o Brasil" das assim chamadas invasões holandesas do século XVII. Na luta armada contra os holandeses em Pernambuco, Varnhagen apresenta, repetidas vezes em um mesmo parágrafo, os três elementos juntos (o branco, o indígena, o negro) que lutaram em prol de um objetivo comum: a expulsão do "estrangeiro". O historiador corroborava com a ideia da mistura de raças na formação do "homem brasileiro", mas sublinhava que era necessário orientar as relações raciais no sentido do branqueamento da população. Em efeito, a ideia de "fusão de raças" foi poderosa e marcou a maneira de conceber a formação da sociedade brasileira. É importante ressaltar que, até a atualidade, os manuais escolares de História do Brasil reproduzem a ideia de "fusão das três raças" e até, pelo menos, a década de 1970, durante a ditadura civil-militar brasileira, a interpretação de Varnhagen sobre a origem do sentimento nacional, fundamentado na expulsão dos holandeses pelas "três raças", vigoraram nos manuais escolares.

Cabe acrescentar que, na segunda metade do século XIX, um dos temas recorrentes na Revista do IHGB foi um interessante debate com relação aos indígenas. Deve-se ter em consideração que o tráfico internacional de escravos havia sido proibido, no Brasil, a partir de 1850, o que significou que a escravidão dos africanos estava com os dias contados. As alternativas se fixavam na chegada de



imigrantes europeus ou no emprego da mão-de-obra nacional, na qual se incluía os indígenas que foram "educados" para essa função. Deste modo, o IHGB passa a valorizar os indígenas e se propunha a promover a sua "civilização" e a sua integração subordinada à nação brasileira. Em consequência, os membros do IHGB outorgavam ao Estado o papel central na educação e no contato com as populações indígenas (ainda que não excluía as ordens religiosas dessas tarefas).

Se, na segunda metade do século XIX, o debate sobre os indígenas foi intenso e apresentou diversos matizes, não sucedeu o mesmo com relação aos negros. Os africanos, pela sua condição de escravos e de "estrangeiros", não podiam estar diretamente associados às origens da nacionalidade. Ainda quando se admitiram encontros interétnicos e alguma contribuição dos negros à formação do Brasil, a escravidão impedia o surgimento de interpretações nas quais os negros tivessem um papel importante na construção da nação. Não obstante, a partir da década de 1870, as ideias abolicionistas denunciavam, cada vez mais com força, a escravidão, e o escravo passou a ser incorporado na literatura. No entanto, essa década assistiu a ruptura com os cânones românticos, substituídos por um movimento que, correspondeu, em termos de crítica literária, à introdução ao naturalismo, do cientificismo e do evolucionismo. Os conceitos de raça e de meio passam, portanto, a ser utilizados com o intuito de dar fundamentos aos estudos literários, antropológicos e históricos. Nos anos 1880, se sobressaem as ideias racistas e a culpabilidade do povo brasileiro pelo atraso econômico do país, a partir de suas características psicológicas procedentes de sua constituição racial. O conceito-chave para explicar o atraso foi o de "caráter nacional" e estava relacionado diretamente com as categorias "raça" e "meio". Desta forma, o meio geográfico e o clima explicavam o caráter diferencial das diferentes etnias brasileiras. Com o fim do sistema escravista, em 1888, e com a difusão do "racismo científico", do evolucionismo, do darwinismo social e do determinismo biológico e geográfico, as teorias do "branqueamento" reafirmaram a "inferioridade" do negro e a degeneração procedente da mestiçagem. Neste sentido, o pensamento racista fomentou a transferência em massa de imigrantes europeus para o Brasil e o tema da mestiçagem logo alcançou um posição central no "projeto civilizatório" das elites em pleno contexto de finais de Império e início da República. Segundo José Murilo de Carvalho (2009), a monarquia aboliu a escravidão em 1888. Mas, a medida atendeu uma necessidade política de preservar a ordem pública ameaçada pela fuga em massa de escravos e a uma necessidade econômica de atrair mão-de-obra livre para as regiões produtoras de café. O problema social da escravidão, o problema da incorporação dos negros, ex-escravos, à vida nacional e, além disso, a própria identidade da nação, não foram solucionados e mal começava a serem enfrentados.

No que se refere ao tema da mestiçagem, para o crítico literário, professor e político brasileiro, Sílvio Romero (1851-1914) a história brasileira é a história de um processo de mestiçagem: "todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas ideias" (1943, v.I: 275). Romero buscava definir aspectos positivos de um processo de mestiçagem que outros autores haviam, até então, visto apenas como um fator de desqualificação e de inferioridade do povo brasileiro. Entretanto, a formação racial



brasileira apresentava, segundo ele, um caráter provisional, todavia não definido, mas sua evolução tendia a levar ao desaparecimento de negros e indígenas e a formação de uma nova raça, brasileira porque mestiça. Mas, quem é o mestiço para Romero? Para ele, "o mestiço é um produto fisiológico, étnico e histórico do Brasil; é uma forma nova de nossa diferenciação nacional". O mestiço é o brasileiro, e é como mestiço que o brasileiro se define como povo dotado de identidade própria. É, portanto, a mestiçagem que gera a identidade nacional. Contudo, Romero diferencia, por fim, o mestiço do mulato:

"Não quero dizer que constituiremos uma nação de mulatos; pois que a forma branca vai prevalecendo e prevalecerá; quero dizer somente que o europeu esteve aliado aqui com outras raças, e desta união saiu o genuíno brasileiro, aquele que não se confunde mais com o português e sobre o qual repousa o nosso futuro" (1943, v.I: 104).

A mestiçagem que interessa a Romero, como objeto de estudo, é a do branco com o negro, relegando o indígena a um plano inferior em termos de elemento formador da nacionalidade, considerando-lhe um pouco mais que uma mistificação criada pelo movimento romântico indigenista, sem importância real na constituição do brasileiro.

Para Romero, o português, o indígena e o africano são estrangeiros no Brasil, pois "o genuíno nacional é descendente dessas origens, o seja, o mestiço. Ao mesmo tempo, tal processo de fusão e assimilação é incompleto e deverá levar alguns séculos para ser concluído. O brasileiro ainda não está feito" (1977: 33). Ou seja, Romero enaltece o processo de mestiçagem por ter gerado o tipo específico nacional, por ter originado nossa singularidade. Por outro lado, a mestiçagem é deplorada pelas teorias raciais aceitas pelo autor (principalmente as teorias pseudo-científicas de Gobineau)<sup>4</sup>, em uma contradição que acaba por fundamentar seu pensamento. E, finalmente, a mestiçagem é estudada a partir de uma visão evolucionista, na qual o português é visto como raça vencedora porque superior, em um processo que é, também, um combate. Para o autor, "o europeu foi um concorrente mais robusto pela sua cultura e que há legado mais tradições" (Romero, 1977: 39). O brasileiro, por fim, é mestiço, mas a mestiçagem é uma etapa, um estado transitório que prepara o triunfo do homem branco:

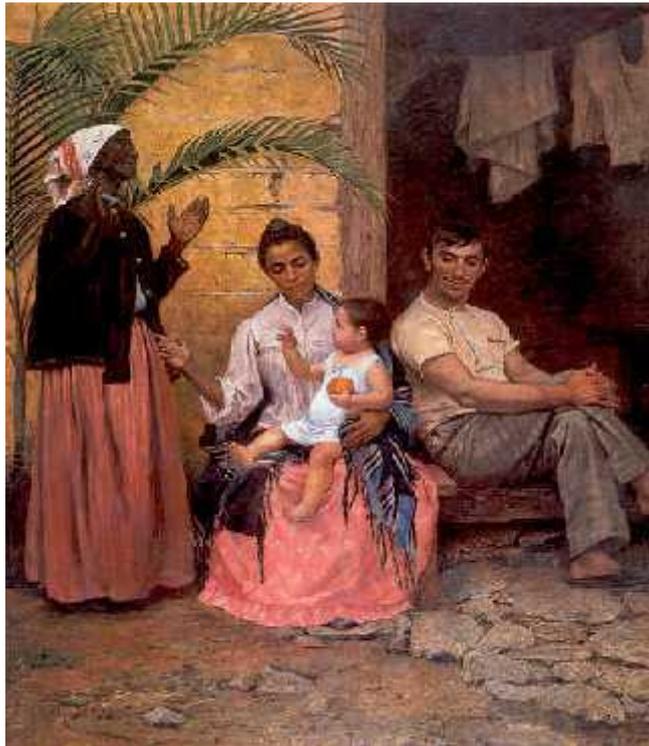
"O mestiço é a condição desta vitória do branco, fortificando-lhe o sangue para habilitá-lo aos rigores do clima. É uma forma de condição necessária e útil que caminha para aproximar-se do tipo superior (...), pela seleção natural, todavia, depois de apoderar-se do auxílio de que necessita, o tipo branco irá tomando a preponderância, até mostrar-se puro e belo como no velho mundo" (1977: 231).

---

<sup>4</sup> Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882), diplomata e filósofo francês, autor da obra "Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas", livro publicado em 1853 e 1855, no qual defende a premissa de que a causa da "degeneração" e queda das grandes civilizações fundadas na raça branca, se deve à mestiçagem racial ("melanges") dos brancos com os estrangeiros. Sua segunda missão diplomática foi no Brasil (1869-1870), sendo enviado por Napoleão III.



Romero, portanto, cria um projeto para o futuro, pois, para ele, se o Brasil do presente é habitado por uma raça inferior, o Brasil do futuro não o será. O branqueamento gradual é a solução encontrada. Segundo Maria Ligia Prado Coelho, "nada mais eloquente sobre essa visão que o quadro de Modesto Brocos, "A Redenção de Cam", de 1895. Nele se observa uma família que, "acompanhando a evolução natural", vai se branqueando lentamente. Desde a avó negra até o bebê "praticamente branco" a "redenção" se deu (2009: 309).



Fonte: Modesto Brocos, A Redenção de Cam (1895), óleo sobre tela, 199x166cm, Museu Nacional de Belas Artes, Brasil.

Em 1889, o Império e a monarquia chegaram ao seu fim, sendo proclamada a República. Contudo, a proclamação da República foi um evento inesperado, no qual o povo assistiu "bestializado", sem entender muito o que ocorria. Pensava-se tratar de um desfile militar. Desde 1870, havia um movimento republicano em organização, mas só tinha certa importância em algumas províncias (São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais). O movimento republicano contava apenas com alguns setores da elite, sobretudo, a oligarquia do café e proprietários de terras descontentes e irritados com a abolição da escravidão, e a classe média urbana formada por médicos, professores, advogados, jornalistas, engenheiros, estudantes das escolas militares e superiores. A proclamação ocorreu sem revolução e foi comandada pelos militares que tinham entrado em contato com os conspiradores civis poucos dias antes da data marcada para o início do movimento.

A República surgiu em uma sociedade profundamente desigual e hierarquizada. De acordo com Carvalho (1987, 2009), não existia, no início da República, sentimento nacional. O que havia eram alguns elementos que, em geral, fazem parte de uma identidade nacional, como a unidade de língua, de religião e a unidade política. Para Carvalho, a guerra contra o Paraguai, ocorrida entre 1865 e 1870, portanto durante o Império, havia fomentado o patriotismo. A guerra mobilizou aproximadamente 135 mil soldados provenientes de todas as províncias, exigiu grandes sacrifícios e afetou a vida de muitas famílias. Nenhum acontecimento anterior havia tido um caráter nacional e implicado frações tão grandes da população, nem a independência, nem as lutas durante o período da Regência (todas provinciais), nem as guerras contra Argentina em 1828 e 1852. Assim que, no início da guerra do Paraguai, as primeiras vitórias despertaram autêntico entusiasmo cívico. Foram formadas campanhas patrióticas e a bandeira nacional começou a ser reproduzida nos jornais e revistas, nos cenários de partidas de tropas e de vitória nos campos de batalha. O hino nacional começou a ser executado, o imperador D. Pedro II foi apresentado como o líder da nação, tentando conciliar divergências dos partidos em benefício da defesa comum. A imprensa também começou a tentar criar os primeiros heróis militares nacionais. Até então, o Brasil era um país sem heróis. Não obstante, após a guerra poucos acontecimentos tiveram impacto significativo na formação da identidade nacional. A própria guerra, passado o entusiasmo inicial, se tornou um peso para a população e foi um dos fatores que influenciaram na crise da monarquia.

A busca de uma identidade coletiva para o país, de uma base para a construção da nação, seria tarefa que iria perseguir a geração intelectual da Primeira República (1889-1930). Se tratava de uma busca de fundamentos, de bases para a redefinição da República, para o estabelecimento de um governo republicano que não fosse uma caricatura de si mesmo, porque foi geral o desencanto com o regime republicano, pois a *Res pública* passou a ser patrimônio exclusivo das oligarquias. Em termos de identidade nacional se pode afirmar que a República não se constituiu em um marco. No debate intelectual de fins do século XIX e inícios do século XX, o que estava em jogo era, fundamentalmente, como transformar a pluralidade de raças, de culturas e valores civilizatórios tão diferenciados, de identidades diversas, em uma única coletividade de cidadãos, em uma só nação.

Em 1894, em pleno contexto republicano, o médico e antropólogo Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), que se dedicou aos registros etnológicos da cultura negra, não admitirá a mestiçagem, pois, para ele, as "três raças" constituintes da população brasileira estariam em diversas fases de evolução biológica. A mistura, argumentava, geraria indivíduos física e intelectualmente desequilibrados.

A degeneração resultante da mestiçagem é um dos núcleos argumentativos de "Retrato do Brasil", a grande obra do poeta e mecenas Paulo Prado (1869-1943), publicada em 1928, que define a tristeza como a marca singular do "caráter nacional". O "povo triste", de Prado, nasceu da luxúria



inaugural, ou seja, das "uniões de pura animalidade" entre colonos brancos e indígenas sensuais, primeiro, e depois entre os mesmos colonos e as negras africanas de uma "passividade infantil". Por certo, uma visão deformada e profundamente pessimista da identidade nacional. No entanto, o predomínio do "racismo científico" era amplo, mas não era absoluto. O médico e psiquiatra Juliano Moreira (1873-1932), negro de família pobre e diretor do Hospital Nacional de Alienados entre 1903 e 1930, era contrário aos pontos de vista hegemônicos, que associavam a "degeneração" à constituição racial. Moreira relacionou a suposta "degeneração" a fatores sanitários e educacionais, aos problemas relacionados ao consumo de álcool, assim como à sífilis, assinalando caminhos para um pensamento psiquiátrico livre do preconceito de raça.

Manoel Bomfim (1868-1932), também médico, mas dedicado principalmente à defesa da educação popular, foi um dos pioneiros da crítica ao pensamento racista. Denunciou, em 1905, o "racismo científico", bem como realizou uma análise cuidadosa das causas históricas do atraso relativo do Brasil e da América Latina em sua obra "América Latina: males de origem". Para ele, os problemas herdados da era colonial, ou seja, a mentalidade de ficar rico depressa, ausência de tradição científica ou empírica, arraigado conservadorismo política e ausência de organização social, figuram entre os elementos que explicariam o atraso econômico, científico, tecnológico e social do Brasil. Recomendava a diversificação da economia e a educação pública para sanar os problemas nacionais.

Outro autor que cabe ressaltar é, Alberto Torres (1865-1917), político, jornalista e pensador social, em sua obra "O problema nacional brasileiro", publicada em 1912, afirma que a diversidade racial não constitui obstáculo à constituição da identidade nacional, pois

"Nenhum dos povos contemporâneos é formado por uma raça homogênea e isto não impediu formar uma nação moral, política e socialmente (...). Se os indígenas, os africanos e seus descendentes não puderam 'progressar e aperfeiçoarem-se' isto não se deve a qualquer incapacidade inata, senão ao abandono "na vida selvagem ou miserável, sem progresso possível" (1982: 28-29).

Para Torres, o problema do Brasil não residia na diversidade racial, mas na alienação das elites da realidade brasileira.

Na década de 1930, surge a elaboração intelectual mais bem acabada das origens sociológicas da pretendida harmonia racial e social existente no Brasil. Se trata da obra "Casa Grande & Senzala", do ensaísta e sociólogo brasileiro Gilberto Freyre (1900-1987), publicada em 1933. Este livro contribuiu, segundo Evaldo Cabral de Mello (2002: 262) "para o estoque de ideias que hoje, acertadamente ou não, dominam a cultura nacional" e muitas de suas ideias e do vocabulário em que eram expressas se incorporaram ao cotidiano brasileiro".<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Com relação a sua produção como ensaísta, é possível aceitar a periodização proposta pelo geógrafo, historiador e economista, Manuel Correia de Andrade (1998:40), que define uma primeira fase entre



Cabe esclarecer que, Freyre, fazia parte de um movimento de reinvenção nacional e de consolidação do Estado-nação na década de 1930 que rompe com o "racismo científico" oriundo do século XIX, com a concepção elaborada pelas elites imperiais, segundo a qual a população negra era o principal obstáculo para a construção de uma civilização moderna nos trópicos e com a ideia de que a mestiçagem era um fator de atraso e decadência para o país. Contudo, Freyre mantém como fundamento de seu discurso o conceito de raça e, com isto, se nega a perder o vínculo com o discurso aparentemente abandonado. Em outras palavras, a permanência de uma lógica racial em "Casa Grande & Senzala" abala a insistente pretensão de originalidade do autor, que recorria às lições culturalistas de Franz Boas, contrário a qualquer tipo de evolucionismo, para distanciar-se de seus antecessores brasileiros. Freyre, de fato, concede grande relevância ao fator racial e ao evolucionismo cultural como elementos explicativos do processo de formação nacional. A raça, para este autor, é fator condicionante, mas não determinante: "nenhum ousará negar que várias qualidades e atitudes psicológicas do homem podem ser condicionadas biologicamente pela raça". Logo após, tem lugar uma explicação matizada: "a raça dará as predisposições; condicionará as especializações de cultura humana. Mas essas especializações desenvolvem o ambiente total - o ambiente social mais que o puramente físico- peculiar primeiro à região ou à classe a que pertence o indivíduo. Peculiar a sua situação"(1977, v.2: 657). Entendia raça como sinônimo de caráter, resultante de caracteres adquiridos ou herdados, seguindo, portanto, a teoria *neolamarckiana*, baseada na capacidade do homem para adaptar-se à diferentes condições ambientais e incorporar e transmitir as características resultantes de sua interação com o meio. Não obstante, a raça também era compreendida pelo sociólogo brasileiro como uma predisposição psicológica, capaz de atuar no processo de mestiçagem. Em realidade, Freyre pensa a raça, o meio e a cultura como fatores interrelacionados em que a posição dominante ora é ocupada pelo fator cultural, ora pelo fator étnico. E, assim, constrói seu método: determinismos e antagonismos em jogo com matizes e mediações, ainda que o autor assegure que é no critério de diferenciação fundamental entre raça e cultura que se baseia todo o plano de seu ensaio "Casa Grande & Senzala" (1973: LXIII).

Por outro lado, transformando a mestiçagem em um fator positivo na construção da identidade e da nação e fazendo apologia do patriarcalismo e da colonização portuguesa, Freyre traça um retrato do país, de seu passado, de seu presente, de suas perspectivas futuras, bem diferente do pessimismo até então imperante. Valorizando a colonização portuguesa e a herança racial e cultural brasileira, o escritor enaltece o passado nacional. Este não é só um período marcado pelo atraso e pela nefasta dominação

---

1917 e 1930, baseada na defesa do regionalismo e nos estudos sobre a vida social brasileira; uma segunda que abarca os anos 1930 e 1940, quando ele se dedica a estudar a formação da sociedade patriarcal brasileira; uma terceira que compreende as décadas de 1950 e 1960, quando o escritor postula a existência de uma comunidade luso-brasileira e se propõe a estudá-la e, uma quarta, quando a modernidade (1972) se torna o tema central de seus escritos e ensaios. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/38/05-manuel.pdf>, última consulta em 5 de junho de 2013.



lusitana, como em autores anteriores e contemporâneos a Gilberto Freyre: é uma herança a ser valorizada e recuperada. A formação étnica do brasileiro não é mais apenas um óbice no caminho do branqueamento: é um valor cultural a ser preservado justamente desse branqueamento. A mestiçagem não é uma etapa no desenvolvimento de uma personalidade diferenciada, é nossa própria singularidade. O sociólogo constrói uma interpretação do Brasil marcadamente otimista, uma interpretação na qual o Brasil poderia olhar-se a si mesmo, finalmente, sem sustos e sem complexos. Seu otimismo está diretamente relacionado a sua apologia da mestiçagem, definida por ele como uma vantagem capaz de compensar o atraso nacional em termos de desenvolvimento tecnológico e econômico em relação a países como Estados Unidos, Canadá, Argentina e Uruguai. Do elogio à mestiçagem, nos anos 1930, surge o conceito de "democracia racial": fundamento para a real democratização política e social. Tal conceito é mencionado no início dos anos 1960 quando, Freyre, define o Brasil como "uma das democracias étnicas mais avançadas de qualquer parte do mundo" (1968: 143). Assim sendo, o Brasil é definido como exemplo a ser seguido em termos de integração étnica e cultural. O conceito de mestiçagem é permanentemente retomado em seus escritos. Nos anos 1980, a mestiçagem é definida como algo que levaria à democratização das relações sob outro aspecto: reguladas pela estrutura nitidamente marcada por hierarquias. Ainda que, segundo ele: "no jogo entre esses contrários se pode observar hoje, sob uma perspectiva histórica, que a mestiçagem democratiza a sociedade e vem constituindo-se na expressão característica de um modo nacional do brasileiro de ser brasileiro" (1987: 95).

Freyre pensa por meio de antagonismos, mas sempre tendo em mente que uma unidade que englobe e as resolva, com o polo positivo atuando no sentido de atenuar ou eliminar os efeitos nefastos do polo negativo, em um processo demarcado com precisão por Luiz Costa Lima (1989:219): "pobres mas fraternos, formados pelo patriarcalismo mas democráticos, adeptos de uma religião que obriga à monogamia, mas clandestinamente polígamos". E, é a partir dessa diretriz que o sociólogo explica a realidade brasileira. A ideia de unidade a superar antagonismos está presente em "Casa Grande & Senzala". Segundo afirma Freyre no prefácio da obra:

"[...] a formação brasileira tem sido, em verdade, [...], um processo de equilíbrio de antagonismos. Antagonismos de economia e de cultura. A cultura europeia e a indígena. A europeia e a africana. A economia agrária e a pastoril. A agrária e a de mineração. O católico e o herege. O jesuíta e o fazendeiro. [...]. O grande proprietário e o pária. O licenciado e o analfabeto. Mas predominando sobre todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo" (1973: 53).

O autor defenderá, em suas obras, a capacidade singular do brasileiro para a síntese de opostos; para ele, esta síntese era a maior virtude da identidade nacional. Em realidade, a preocupação sobre a integração sociocultural de elementos díspares em um mesmo conjunto, sem que se ponha em perigo a harmonia do todo, já está presente nos escritos de Sílvio Romero. Freyre aprofunda esta questão através da perspectiva de que os antagonismos não são opostos inconciliáveis. Sua obra está



fundamentada ao mesmo tempo na pluralidade e na hegemonia, que se desenvolve não a partir do conflito, mas através da confraternização: "cultura formada pela confraternização de raças, povos, de valores morais e materiais diversos, sob o domínio de Portugal e a direção do cristianismo" (1940:68), afirma. Em Casa Grande & Senzala chega a assegurar que

"[...] a carência de mulheres brancas criou zonas de confraternização entre vencedores e vencidos, entre senhores e escravos [...]. A mestiçagem que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se tinha conservado enorme entre a casa-grande e a mata-tropical; entre a casa-grande e a senzala. O que a monocultura latifundiária e escravista realizou no sentido de aristocratização, extremando a sociedade brasileira em senhores e escravos, com uma rala gente livre por meio, entre os extremos antagônicos, foi em grande parte negado pelos efeitos sociais da mestiçagem" (1973: Lx).

Toda a argumentação de Freyre consiste em tentar provar que a singularidade brasileira significa uma mestiçagem em todos os sentidos, desde a raça até a cultura e que isto seria benéfico no sentido de proporcionar ao povo brasileiro adaptabilidade em qualquer circunstância da vida. O autor, por outro lado, no intento de diminuir a distância social entre as raças, atribui a cada uma delas, um papel especial, único e indispensável na vida da nação. Para ele, existe uma espécie de relação dialética sem conflito, onde cada qual contribui com uma especificidade natural sem prejuízo de ninguém. Em efeito, destina aos negros um papel digno na nossa história, amenizando obviamente sua condição humilhante na estrutura social brasileira, situação que não há mudado muito na atualidade. É importante sublinhar que esta atitude do autor com relação aos negros se apresenta ao longo de sua obra, buscando inclusive comparações, principalmente com os Estados Unidos, para amenizar a desigualdade brasileira.

Em Freyre, o que aparente superação é, na realidade, diferenciação. Segundo Renato Ortiz: "[...] as partes são diferentes, mas se encontram harmonicamente unidas pelo discurso que as engloba [...], a senzala não representa um antagonismo à casa-grande, mas simplesmente impõe uma diferenciação que é, muitas vezes, complementar no quadro da sociedade global" (1984: 94).

Em suma, a nação brasileira seria o feliz resultado de uma combinação natural de elementos heterogêneos e complementares que compõem uma hibridez singular positiva, cimentada pela religião católica, o que, para os brasileiros, deveria ser motivo de orgulho. A profundidade de nossa formação específica é todavia mais reforçada por Freyre, quando afirma que é possível encontrar entre os brasileiros uma profunda confraternização de valores e sentimentos, sendo predominantemente coletivistas àqueles originários das senzalas e tendencialmente individualistas, defendendo o âmbito do privado, àqueles provenientes das casas-grandes.

Por um lado, um antagonismo fundamental presente em sua obra é o que tem lugar entre a continuidade e a ruptura. Conforme afirma Freyre: "[...] nas casas-grandes foi até hoje onde melhor se expressou o caráter brasileiro; a nossa continuidade social" (1973: LXXV). A continuidade social de que fala o sociólogo possibilita várias leituras. Poderia ser a continuidade social de uma elite (ou oligarquia)



que domina o poder político e econômico e que mantém a profunda desigualdade social, a classificação baseada na cor da pele e na situação social do indivíduo. A continuidade social como sinônimo de não-alteração da ordem e da unidade nacional.

Para o escritor, a mudança só tem sentido e validade quando retoma as práticas do passado; quando a mudança se articula com ele. Com isso, o que foi aparentemente superado ressurge, já que não há superação real condicionando o presente e projetando-se ao futuro. Ganha consistência a ideia de identidade. No contexto dos anos 1930, Freyre representa, ao mesmo tempo, a continuidade e a mudança. Como escritor moderno e com um novo instrumental teórico, culturalista, vinha a lançar luzes no terreno ideológico dos determinismos.

A busca da identidade nacional, é em Gilberto Freyre, uma tentativa de síntese. Busca construir o que ele chama de "brasileiro-síntese", ou seja, determinada identidade historicamente situada. Todo o processo de subordinação que condicionou a formação da sociedade brasileira foi também um processo de acomodação, e ambos estão longe de ser excludentes. Segundo sustenta:

"[...] a subordinação seria uma forma de acomodação". Isto ocorre não somente entre as classes sociais, mas também em situações. Desta forma, o patriarcalismo seria o exemplo clássico, pois "desenvolve-se sempre, em qualquer época ou espaço, uma situação social como que dominante ou básica, a qual outras situações tendem a acomodar-se, alternando-se, contemporizando, transigindo-se" (1967, v.2: 387).

As palavras-chave para a compreensão de seu conceito de identidade são "adaptação" e "domínio". Havia se desenvolvido no Brasil, segundo ele, um processo que todavia segue atuante de adaptação e domínio, com àquela permitindo a ação eficaz de este último, que se exerce sobre os dominados, mas não de forma meramente impositiva, e sim adaptando-se, transigindo e persuadindo. O exercício do poder reflete as características da identidade nacional e atua antes por meio da conciliação do que pela opressão, pela acomodação do que pela exclusão. Cria-se, assim, um retrato evidentemente idílico, que oculta todo um processo de dominação marcado antes pela brutalidade do que pela confraternização. Sendo assim, Freyre expressa a perspectiva de uma oligarquia, que alijada a um plano secundário no jogo de poder após 1930, prefere contrapor e idealizar a autoridade que um dia foi sua aos novos e árduos tempos. Tal processo teria definido - e ainda define - a identidade nacional brasileira.

A tentativa de reconstrução da identidade nacional levada a cabo por Gilberto Freyre é um intento também de reconstrução de seu próprio passado. Ele, em síntese, procura reconstruir o passado vivido por uma elite que um dia foi dominante e da qual ele descende. É, portanto, imprescindível para a compreensão da identidade nacional, na obra desse autor, estabelecer um vínculo com sua própria biografia.



O certo é que o Brasil, para Gilberto Freyre, é o país dos termos médios, onde as paixões e consequências letais em outras nações aqui se suavizam: um país que foge dos extremos e busca a conciliação. Esse ajuste de antagonismos e suavização de influências é referida pelo sociólogo em mais de uma ocasião, e em mais de um contexto. Desta forma, ao analisar a influência das ideias revolucionárias francesas no Brasil, no século XIX, ele a declara atenuada pelas características nacionais: "abrandados quase sempre - os excessos franceses - pelo clima moral brasileiro que raramente tem sido um clima de extremismo ou de violência política, ideológica ou sentimental" (1960: 113). Em efeito, uma construção da identidade nacional acrítica e imune aos conflitos. Concebe também a identidade nacional brasileira como formada pelo agregado de identidades regionais; desta forma preservaria a unidade nacional fundamental no caso de um país tão diverso e de dimensões continentais e que se encontrava em um contexto de crise econômica e social nos anos 1930. Além disso, o Brasil tinha passado por uma revolução que acabou por alijar do poder as oligarquias tradicionais que dariam lugar a um Estado de caráter corporativo. Para Freyre, por fim, a identidade nacional se faz da conciliação entre opostos e da articulação entre polos antagônicos. Suas premissas são, ao mesmo tempo, otimistas e conservadoras.

A discussão despertado pelo autor de Casa Grande & Senzala é ampla e algumas críticas são pertinentes. Uma das principais críticas que se pode fazer ao sociólogo é a ausência de evidências empíricas para suas intuições. Sendo assim, tinha construído interpretações desde o seu ponto de vista pessoal e de classe, pois, Freyre era filho da casa-grande, ou seja, a história social do autor ou sua "sociologia genética", como ele mesmo descreve, além de ser anedótica é escrita e interpretada desde a perspectiva da classe dominante brasileira. Neste sentido, sua obra é profundamente reveladora, pois deixa escapar os preconceitos mais conservadores e enraizados na classe hegemônica. Freyre, por exemplo, expressa uma profunda ternura pelo negro, mas pelo negro escravo, aquele que "conhecia seu lugar, sua posição na sociedade" (Leite, 1969: 281).

De igual forma, o historiador Carlos Guilherme Mota (1977) critica a omissão do conflito na sociedade presente na obra do sociólogo. O historiador salienta que o mais importante é saber até que ponto mitos como o da "democracia racial" ou do "luso-tropicalismo" servem ao fortalecimento de um sistema ideológico no qual se perpetua a noção de cultura brasileira. Para Freyre, nossa singularidade passa a ser a propensão para o encontro cultural, para a síntese das diferenças, para a unidade na diversidade e, é por isso, que somos únicos e especiais no mundo, devendo o brasileiro, portanto, ter orgulho e não vergonha de sua singularidade. É difícil imaginar uma ideologia mais eficaz em nosso país. Hoje, esse discurso compõe o núcleo da identidade brasileira. Em consequência, a *brasilidade*, como ideologia sedimentada no imaginário da nação, passa a ter dimensões sem precedentes, além das repercussões diretas na política. Gilberto Freyre é o principal ideólogo da unidade nacional em um discurso que justificou qualquer atitude autoritária em nome dela, não importando o preço democrático a ser pago por isso. O sociólogo Octávio Ianni (1972: 243), no período da ditadura civil-militar no Brasil,



define o mito da "democracia racial", atribuída a Freyre, como "uma expressão ideológica em uma sociedade que não deixa nem pode deixar avançar a democracia".

Não obstante, o sociólogo procura mostrar para o mundo um Brasil-nação ideal que anula os conflitos e as contradições intrínsecas da sociedade de classes. O perigo derivado da fé inquestionável exercida por nós nesta ideologia é tentar não ver ou não imiscuir-se nos problemas reais. É possível que esta visão seja simplesmente simpática às elites políticas e econômicas brasileiras. Freyre acaba, conforme assevera Jessé Souza, transformando suas brilhantes intuições sobre a singularidade da formação social e cultural brasileira em uma ideologia nacionalista de duvidoso potencial democrático (Souza, 2000: 211). Podemos entender que o nacionalismo é um discurso que surge como defensor da nação. No entanto, o problema é que a nação se transforma assim em um ente abstrato que também acaba colocando-se por encima de todos. O problema é que Freyre pensa a nação como um todo orgânico a partir de partes que se complementam. E, neste tipo de concepção de sociedade, a hierarquia é o dado central e cada pessoa, grupo ou classe tem o seu lugar. Para o escritor, igualdade política e econômica jamais foi o princípio mais importante. Ao contrário, sua atenção esteve sempre dirigida para perceber formas de integração harmônica de contrários, interdependência e comunicação recíproca entre diferentes, seja tais diferenças entre culturas, grupos, gêneros ou classe. Desta forma, a perspectiva holística de Freyre acaba inventando uma nação que não existe e, por isso, sua defesa é inútil do ponto de vista comum da sociedade brasileira, a qual o sociólogo, enfaticamente, afirmou estar se dirigindo nos seus textos.

Penso que Freyre omitiu mais que explicou para o mundo a realidade social e cultural brasileira. Nos seus ensaios de Sociologia, não se distancia das categorias de pensamento racialistas na medida que continua explicando a sociedade através das relações entre raças e etnias. Em realidade, quando o escritor concebe positivamente a mestiçagem se equivoca, pois o que vai determinar o futuro de uma nação não é a sua composição genética, étnica ou cultural. O futuro de uma nação reside na igualdade de oportunidades, na educação de qualidade para todos os cidadãos, no compromisso de todos para com o desenvolvimento de uma cidadania plena, com atitudes pautadas pela ética e com o desenvolvimento socioeconômico de forma sustentável.

Outro intérprete do Brasil e da identidade brasileira, que passo a analisar de forma breve, é o antropólogo Roberto Da Matta, nascido em Niterói (Rio de Janeiro), em 1936. É autor de diversas obras de referência como: "Carnavais, malandros e heróis" (1979), "A Casa e a Rua" (1984), e "O que faz o Brasil, Brasil?" (1984). Neste último livro, o autor se propõe a responder à questão da identidade nacional e, neste sentido, afirma que

“Não se trata mais da visão exclusivamente oficial e bem comportada dos manuais de história social que se vendem em todas as livrarias, e que os professores discutem nas escolas. Mas, de uma leitura do Brasil, que deseja ser maiúsculo por inteiro: o BRASIL do povo e de suas coisas. De este Brasil que de algum modo não aceita viver de forma



totalmente planejada e hegemonicamente padronizada pelo dinheiro das contas bancárias ou pelos planos quinquenais dos ministérios encantados por vários tecnocratas e ideólogos que estão aí a espera de um chamado. Brasil com maiúsculas, que sabe muito bem conjugar lei com *grey*, indivíduo com pessoa, evento com estrutura, comida abundante com pobreza estrutural, hino sagrado com samba apócrifo e que relativiza todos os valores, carnaval com comícios políticos, homem com mulher e até mesmo Deus com o Diabo. Por tudo isso, é que estamos interessados em responder nas páginas seguintes esta pergunta que invade e que emociona: por fim, o que faz o Brasil, Brasil?" (1986: 14).

Penso que nenhum país teria orgulho de uma identidade que sabe conjugar "comida abundante com pobreza estrutural". Em realidade, DaMatta em suas teses, oferece uma versão atualizada do pensamento de Gilberto Freyre, quando tenta, como seu antecessor, demonstrar (intuitivamente) que a identidade nacional é resultado de nossa capacidade relacional em conciliar ou conjugar antagonismos, em conjugar o pessoal com o impessoal. Quando o antropólogo publicou seu livro, em 1986<sup>6</sup>, fazia um ano que o regime democrático no país havia sido reinstaurado, ou seja, os militares, as elites nacional e internacional haviam permitido a redemocratização, resultado também, não se pode esquecer, das reivindicações e lutas dos intelectuais, da classe artística, dos estudantes, dos trabalhadores e de grande parte da população. Com a redemocratização, uma vez mais era necessário "reinventar" a nação, a identidade nacional e manter a "unidade na diversidade". Era preciso assegurar a coesão social e a continuidade dos interesses das elites hegemônicas, garantir os investimentos do capital interno e externo em uma sociedade profundamente desigual e, em efeito, violenta. Sendo assim, DaMatta constrói como cerne de seus argumentos sobre a identidade nacional brasileira a capacidade de associar (extremos), pois, para ele, essa característica é o que melhor nos define e nos diferencia de qualquer nação: "O que faz o Brasil, Brasil, é uma imensa, uma inesgotável criatividade associadora". O "aproximar extremos" se refere ao Brasil oficial (das leis, das instituições, das pessoas) e ao Brasil marginal e impessoal, dos indivíduos. O antropólogo afirma, em seus livros que, como o brasileiro não consegue obter o que necessita porque as normas, as leis ou a hierarquia (ou distinção) social velada ou explícita do Brasil oficial não lhes permitiu satisfazer tais necessidades, vai optar por uma "terceira via", ou seja, vai agir à margem da lei, das normas, fugindo dos privilégios de classe, através de uma atividade relacional, mas fará com malandragem, com picardia, com um "estilo todo nosso", singular. Conforme afirma o autor: "Em um mundo tão profundamente dividido, ser malandro promove uma esperança de tudo reunir em uma totalidade harmoniosa e concreta. Essa é a sua importância, essa é sua marca. Aí está sua razão de existir como valor social" (DaMatta, 1986:104). Desta maneira, pela via relacional, os antagonismos sociais se diluem, se "harmonizam" as diferenças. DaMatta se assemelha a Freyre, pois a "atividade relacional" ou a "capacidade de conciliar os opostos" não é outra coisa que a "capacidade de síntese dos contrários" desenvolvida por Freyre nos anos 1930. De todas formas, não

---

<sup>6</sup> As principais teses do autor sobre a identidade nacional brasileira se encontram na obra "Carnavais, malandros e heróis", publicada em 1979, durante, portanto, a ditadura civil-militar. Seu livro "O que faz o Brasil, Brasil?", resume estas teses.



podemos aceitar a generalização que o autor faz. Nem todo brasileiro irá valer-se de atividades relacionais, ou seja, que estão por encima do "bem e do mal" para conseguir satisfazer suas necessidades ou alcançar seus objetivos. E, o mais importante: o impacto desta interpretação na política é a naturalização de todas as fraudes, consideradas do ponto de vista da identidade nacional como algo natural e singular, sem considerar que a corrupção é algo inerente ao capitalismo, o que se pode comprovar através de inúmeros escândalos relacionadas à fraudes cometidas por políticos em vários países desenvolvidos (Souza, 2007: 77).

DaMatta, que fez seus estudos de pós-graduação, como sociólogo, nos Estados Unidos, país no qual viveu por 17 anos, faz comparações entre este país e o Brasil no que se refere ao significado do trabalho, a partir da velha tese da tradição católica, amplamente usada para justificar o atraso do Brasil (Maciel, 2007:78). Para o antropólogo, ainda predomina nos brasileiros a tradição católica romana e não a tradição calvinista, que transformou o trabalho como castigo em uma ação salvadora. Em sua obra "Carnavais, malandros e heróis", o autor afirma que. "[...] nós, brasileiros, que não nos formamos nessa tradição calvinista, cremos que o trabalho é um horror" (1986: 31). Esta interpretação, segundo Fabricio Maciel,

“[...] ignora completamente a dimensão do desenvolvimento econômico brasileiro no século XIX, que seria impossível sem uma concepção do trabalho tal como é exigido pelos parâmetros do mercado, bem como sem a influência de imperativos e exigências morais no nosso sentido comum de que o brasileiro não gosta de trabalhar, o que toma formas de uma explicação natural e muito eficaz para a miséria e a desigualdade social de nossa nação” (2007: 78).

Além disso, DaMatta vai perceber também a linguagem religiosa brasileira como um reflexo de nossa capacidade relacional, permitindo ao brasileiro uma comunicação com o sobrenatural em resposta a carência de diálogo com seus representantes políticos (1986: 117). Esta tese da dissociação entre o povo e o governo sugere sutilmente que só resta como alternativa, então, as relações de favores (pessoais) que, assim, caracterizam o Estado brasileiro como patrimonialista. Por fim, o autor sintetiza sua resposta sobre a identidade nacional brasileira:

“Minha resposta indica que o Brasil é uma sociedade interessante. Ela é moderna e tradicional. Há combinado em seu curso histórico e social, o indivíduo e a pessoa, a família e a classe social, a religião e as formas econômicas mais modernas. Tudo isso faz surgir um sistema com espaços internos muito bem divididos e que, por isso mesmo, não permitem qualquer código hegemônico ou dominante” (1986: 120).

Esta última afirmação possibilita situar Da Matta no panteão dos autores que defendem as teses do tradicionalismo e da continuidade de uma determinada estrutura social. No decorrer de suas obras, jamais analisa a forma como a dualidade valorativa dos brasileiros se desenvolve e se institucionaliza em nossa nação. A única origem é o tradicionalismo personalista que sobrevive misteriosamente ao tempo e a todas as transformações socioeconômicas pelas quais há passado a sociedade brasileira desde, pelo



menos, o século XIX. DaMatta tampouco estabelece relação entre valores e classes sociais. Sendo assim, os valores, para ele, aparecem como algo vago e inexplicável (Maciel, 2007: 83). Em suma, segundo Souza,

"se pode compreender a sociologia relacional do autor como mais uma sistematização da imagem ideológica do sentido comum brasileiro sobre si próprio do que uma explicação real e convincente de nossa formação nacional em seu sentido mais profundo. E é este um dos fatores que provavelmente explica a ampla aceitação da sua obra" (2000: 198).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É compreensível que a realidade nacional brasileira remita muita gente à ideia de que o Brasil é de uma extrema singularidade, pois somos o maior país da América do Sul em extensão territorial, com uma composição étnica diversificada e diferente de todo o resto do Continente, o que permite ao país ser considerado como o "gigante adormecido" em "berço esplêndido". E temos uma infinidade de motivos para continuar buscando nossa singularidade. Contudo, as impressões aparentes, que constituem nosso sentido comum sobre quem somos em "essência" e porque sofremos, a pesar de sermos um "povo cordial", acabaram servindo para sistematizar nas universidades, na política, no cotidiano e/ou no imaginário, uma construção discursivo-ideológica que omite as fontes mais sutis de nossas contradições.

Alguém poderia pensar, por exemplo, no lado estimulante que um discurso positivo de uma sociedade acerca de si mesma pode possuir. No entanto, a autoimagem positiva de nossa identidade nacional, fundada em argumentos racialistas, serve unicamente para que continuemos acreditando que o Brasil é um "país do futuro", e que devemos aguardar pacientemente por este futuro próximo que nunca chega, ainda que a desigualdade de oportunidades existente é tamanha. Neste ponto, nossa identidade nacional ou *brasilidade* é fator de despolitização, exatamente pela sua aparência apolítica sugerir que os assuntos do espaço público e do bem-comum são incompatíveis com a nossa "personalidade diferenciada", "doce", "conciliadora e pacífica", e que não se envolve em assuntos políticos, nos assuntos do Estado. A política, deixamos para os políticos. Se eles são corruptos ou elitistas ou meros oportunistas, votamos nos menos piores, pois "Deus é brasileiro" e, algum dia, o país dos nossos sonhos se fará realidade.

Pior ainda é acreditar na imagem positiva e generalizada do brasileiro baseada na picardia, na malandragem, no "jeitinho brasileiro", como se não existissem brasileiros que fundamentam seus pensamentos e atitudes em princípios éticos e no trabalho bem feito. Pode-se inferir, a partir da análise e interpretação dos discursos da elite letrada, que o objetivo a perseguir era a continuidade da estrutura social e econômica, que beneficiava e que beneficia alguns (oligarquias, plutocracias, burguesias, latifundiários, proprietários) em detrimento da maioria dos "cidadãos". Por isso, viva a continuidade!



Para quê mudança se somos um povo que sabe conciliar antagonismos? Harmonizamos opostos, "damos um jeitinho", temos horror ao conflito, como se os cidadãos brasileiros não vivessem em situação de guerra civil todos os dias, devido à violência urbana, fruto da abissal desigualdade social. Cabe mencionar que, no Brasil, há mais de 15 mil favelas, onde "mais de onze milhões de pessoas vivem em 'aglomerados subnormais', caracterizados pela ausência de serviços públicos e infraestrutura"<sup>7</sup>, com escolas que sofrem o assédio cotidiano das "balas perdidas".

No entanto, às vezes, parece que a positividade de nosso ideário nacional não é absoluta. Por exemplo, é comum no nosso imaginário considerar o fato de que somos um povo democrático, mas também somos um país do preconceito dissimulado, do *apartheid* social e racial, da dependência econômica, da corrupção política, da valorização da distinção social, onde a democracia relativa anda de mãos dadas com a hipocrisia e o conservadorismo.

Uma nação democrática se constrói todos os dias com a participação dos seus cidadãos, não é algo consolidado, imutável, assim como não podemos permitir uma democracia definida ou sequestrada por determinadas forças políticas e econômicas, por determinadas elites internas e externas.

Por fim, espero que este texto tenha sido útil ao leitor. Tentei argumentar como, através da construção de discursos e representações acerca da identidade nacional, nossa singularidade foi inventada e reinventada, como nossas contradições foram omitidas ou ofuscadas por um otimismo sobre o brasileiro que certamente não ajuda no desenvolvimento de uma cidadania substantiva para todos.

---

<sup>7</sup> "O IBGE considera uma área como "subnormal" quando ela reúne, no mínimo, 51 unidades habitacionais sem documento de posse, carentes de serviços públicos essenciais, como coleta de água e esgoto, e dispostas de forma desordenada, sem padrão urbanístico. Todos os 5.564 municípios do país foram visitados pelos técnicos do instituto, mas em apenas 323 deles foram encontradas áreas com essas características". "Brasil tem 15 mil favelas, diz IBGE; no PR são 308", *Gazeta do Povo*, 06 de novembro de 2013, disponível em [www.gazetadopovo.com.br](http://www.gazetadopovo.com.br), última consulta em: 04 de agosto de 2015.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alencar, José de, *Iracema*, Porto Alegre, L&PM, 2002.
- Andrade, Manoel Correia de, "Gilberto Freyre e o impacto dos anos 30", *Revista USP*, São Paulo, n.38, junho-agosto 1998, pp. 38-47.
- Bomfim, Manoel, *A América Latina: males de origem*, Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.
- Bordieu, Pierre, *O poder simbólico*, 9 ed, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006.
- Cabral de Melo, Evaldo, *Um imenso Portugal: história e historiografia*, São Paulo, Editora34, 2002.
- Cadernos de História, José Bonifácio de Andrada e Silva. *Escritos políticos*, n.7, São Paulo, Obelisco, 1964.
- Carvalho, José Murilo de, *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- \_\_\_\_\_, *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, 12 ed, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.
- Chartier, Roger, "Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais," em *A história cultural: entre práticas e representações*, Coleção Memória e Sociedade, Tradução de Maria Manuela Galhardo, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1990.
- DaMatta, Roberto, *Carnavais, malandros e heróis*, Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- \_\_\_\_\_. *O que faz o Brasil, Brasil?*, 2 ed, Rio de Janeiro, Rocco, 1986.
- Freyre, Gilberto, *Um engenheiro francês no Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1960.
- \_\_\_\_\_. *Brasis, Brasil, Brasília: sugestões em torno de problemas brasileiros de unidade e diversidade e das relações de alguns deles com problemas gerais de pluralismo étnico e cultural*[1960], Rio de Janeiro, Record, 1968.
- \_\_\_\_\_. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* [1933], 16 ed, Rio de Janeiro, José Olympio, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Sobrados e Mucambos. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano* [1936], 6a, ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 2 vols., 1977.
- \_\_\_\_\_. *Homens, engenharias e rumos sociais*. Rio de Janeiro: Record, 1987.



- Guimarães, Manoel Luís Salgado, "Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional", *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas (FGV), n. 1, pp.5-27,1988.
- Hall, Stuart (organizador), *Representation, Cultural representation and cultural signifying practices*, London, Sage Publications, 1997.
- \_\_\_\_\_, *A identidade cultural na pós-modernidade*, Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro, 3 ed, Rio de Janeiro, D&P Editora,1999.
- Ianni, Octávio, *Raças e classes no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.
- Jancsó, István; Pimenta, João Paulo G., "Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira" em Mota, Carlos Guilherme (organizador), *Ideologia da cultura brasileira: pontos de partida para uma revisão histórica*, São Paulo, Ática, 1977.
- Leite, Dante Moreira, *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*, São Paulo, Pioneira, 1968.
- Lima, Luiz Costa, *A agarrás do tempo: estudos sobre a narrativa*, Rio de Janeiro, Rocco, 1989.
- Maciel, Fabricio, *O Brasil-nação como ideologia*, São Paulo, AnnaBlume, 2007.
- Marchiori, Rafael, "Brasil tem 15 mil favelas, diz IBGE; no PR são 308", *Gazeta do Povo*, 06 de novembro de 2013, [www.gazetadopovo.com.br](http://www.gazetadopovo.com.br), última consulta: 04 de agosto de 2015
- Martius, Karl Friedrich Philip von. "Como se deve escrever a história do Brasil", *Revista Trimestral de História e Geographia, ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imprensa Americana de T.P. da Costa, vol.1, n. 24, pp. 289-411, janeiro de1845.
- Mota, Carlos Guilherme, *Ideologia da cultura brasileira: pontos de partida para uma revisão histórica*, São Paulo, Ática, 1977.
- Ortiz, Renato, *Cultura brasileira e identidade nacional*, São Paulo, Brasiliense, 1984.
- Peres Costa, Wilma, "Viajantes europeus e o escrever da nação brasileira" em Pamplona, Marcos A.; Doyle, Don H., *Nacionalismo no novo mundo: a formação de estados-nação no século XIX*, Rio de Janeiro, Record, 2008, pp.299-327.
- Perrone-Moisés, Leyla, *Vira e mexe nacionalismo: paradoxos do nacionalismo literário*, São Paulo, Companhia das Letras, 2007.
- Prado, Maria Ligia Coelho, "Emblemas de Brasil en la historiografía del siglo XIX: monarquía, unidad territorial y evolución natural" en Palacios, Guillermo (coordenador), *La nación y su historia*.



*Independencias, relato historiográfico y debates sobre la nación: América Latina, siglo XIX.* México, DF, El Colégio de México, Centro de Estudios Históricos, 2009, pp. 285-325.

Prado, Paulo. "Retrato do Brasil" en Santiago, Silviano (coordinador), *Intérpretes do Brasil*, Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 2000, vol.2.

Ricupero, Bernardo, *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*, São Paulo, Martins Fontes, 2004.

Romero, Sílvio, *História da literatura brasileira*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1943, vol.1.

\_\_\_\_\_, *Estudos sobre a poesia popular no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1977.

Rosa, Alberto Rosa Rivero; Bellelli, Guglielmo; Bakhurst, David (editores), *Memoria colectiva e identidad nacional*, Madrid, Biblioteca Nueva, 2000.

Souza, Jessé, *A construção social da subcidadania. Para uma sociologia política da modernidade periférica*, Belo Horizonte, Editora da UFMG/Rio de Janeiro, IUPERJ, 2003.

Torres, Alberto, *O problema nacional brasileiro. Introdução a um programa de organização nacional*, 4 ed, Brasília, Editora Nacional/UnB, 1982.

Varnhagen, Francisco Adolfo de, *História geral do Brasil*, São Paulo, Melhoramentos, 1948.



### **Colección de Documentos de Trabajo del IELAT**

DT 1: Jaime E. Rodríguez O., *México, Estados Unidos y los Países Hispanoamericanos. Una visión comparativa de la independencia*. Mayo 2008.

DT 2: Ramón Casilda Béjar, *Remesas y Bancarización en Iberoamérica*. Octubre 2008.

DT 3: Fernando Groisman, *Segregación residencial socioeconómica en Argentina durante la recuperación económica (2002 – 2007)*. F. Abril 2009

DT 4: Eli Diniz, *El post-consenso de Washington: globalización, estado y gobernabilidad reexaminados*. Junio 2009.

DT 5: Leopoldo Laborda Catillo, Justo de Jorge Moreno y Elio Rafael De Zuani, *Externalidades dinámicas y crecimiento endógeno. Análisis de la flexibilidad de la empresa industrial español*. Julio 2009

DT 6: Pablo de San Román, *Conflicto político y reforma estructural: la experiencia del desarrollismo en Argentina durante la presidencia de Frondizi (1958 - 1962)*. Septiembre 2009

DT 7: José L. Machinea, *La crisis financiera y su impacto en America Latina*. Octubre 2009.

DT 8: Arnulfo R. Gómez, *Las relaciones económicas México- España (1977-2008)*. Noviembre 2009.

DT 9: José Lázaro, *Las relaciones económicas Cuba- España (1990-2008)*. Diciembre 2009.

DT 10: Pablo Gerchunoff, *Circulando en el laberinto: la economía argentina entre la depresión y la guerra (1929-1939)*. Enero 2010.

DT 11: Jaime Aristy-Escuder, *Impacto de la inmigración haitiana sobre el mercado laboral y las finanzas públicas de la República Dominicana*. Febrero 2010.

DT 12: Eva Sanz Jara, *La crisis del indigenismo mexicano: antropólogos críticos y asociaciones indígenas (1968 - 1994)*. Marzo 2010.

DT 13: Joaquín Varela, *El constitucionalismo español en su contexto comparado*. Abril 2010.



DT 14: Justo de Jorge Moreno, Leopoldo Laborda y Daniel Sotelsek, *Productivity growth and international openness: Evidence from Latin American countries 1980-2006*. Mayo 2010.

DT 15: José Luis Machinea y Guido Zack, *Progresos y falencias de América Latina en los años previos a la crisis*. Junio 2010.

DT 16: Inmaculada Simón Ruiz, *Apuntes sobre historiografía y técnicas de investigación en la historia ambiental mexicana*. Julio 2010.

DT 17: Julián Isaías Rodríguez, Belín Vázquez y Ligia Berbesi de Salazar, *Independencia y formación del Estado en Venezuela*. Agosto 2010.

DT 18: Juan Pablo Arroyo Ortiz, *El presidencialismo autoritario y el partido de Estado en la transición a la economía de libre mercado*. Septiembre 2010.

DT 19: Lorena Vásquez González, *Asociacionismo en América Latina. Una Aproximación*. Octubre 2010.

DT 20: Magdalena Díaz Hernández, *Anversos y reversos: Estados Unidos y México, fronteras socio-culturales en La Democracia en América de Alexis de Tocqueville*. Noviembre de 2010.

DT 21: Antonio Ruiz Caballero, *¡Abre los ojos, pueblo americano! La música hacia el fin del orden colonial en Nueva España*. Diciembre de 2010.

DT 22: Klaus Schmidt- Hebbel, *Macroeconomic Regimes, Policies, and Outcomes in the World*. Enero de 2011

DT 23: Susanne Gratius, Günther Maihold y Álvaro Aguillo Fidalgo. *Alcances, límites y retos de la diplomacia de Cumbres europeo-latinoamericanas*. Febrero de 2011.

DT 24: Daniel Díaz- Fuentes y Julio Revuelta, *Crecimiento, gasto público y Estado de Bienestar en América Latina durante el último medio siglo*. Marzo de 2011.

DT 25: Vanesa Ubeira Salim, *El potencial argentino para la producción de biodiésel a partir de soja y su impacto en el bienestar social*. Abril de 2011.

DT 26: Hernán Núñez Rocha, *La solución de diferencias en el seno de la OMC en materia de propiedad intelectual*. Mayo de 2011.



DT 27: Itxaso Arias Arana, Jhonny Peralta Espinosa y Juan Carlos Lago, *La intrahistoria de las comunidades indígenas de Chiapas a través de los relatos de la experiencia en el marco de los procesos migratorios*. Junio 2011.

DT 28: Angélica Becerra, Mercedes Burguillo, Concepción Carrasco, Alicia Gil, Lorena Vásquez y Guido Zack, *Seminario Migraciones y Fronteras*. Julio 2011.

DT 29: Pablo Rubio Apiolaza, *Régimen autoritario y derecha civil: El caso de Chile, 1973-1983*. Agosto 2011.

DT 30: Diego Azqueta, Carlos A. Melo y Alejandro Yáñez, *Clean Development Mechanism Projects in Latin America: Beyond reducing CO2 (e) emissions. A case study in Chile*. Septiembre 2011.

DT 31: Pablo de San Román, *Los militares y la idea de progreso: la utopía modernizadora de la revolución argentina (1966-1971)*. Octubre 2011.

DT 32: José Manuel Azcona, *Metodología estructural militar de la represión en la Argentina de la dictadura (1973-1983)*. Noviembre 2011.

DT 33: María Dolores Almazán Ramos, *El discurso universitario a ambos lados del Atlántico*. Diciembre 2011.

DT 34: José Manuel Castro Arango, *La cláusula antisubcapitalización española: problemas actuales*. Enero 2012.

DT 35: Edwin Cruz Rodríguez, *La acción colectiva en los movimientos indígenas de Bolivia y Ecuador: una perspectiva comparada*. Febrero 2012.

DT 36: María Isabel Garrido Gómez (coord.), *Contribución de las políticas públicas a la realización efectiva de los derechos de la mujer*. Marzo 2012.

DT 37: Javier Bouzas Herrera, *Una aproximación a la creación de la nación como proyecto político en Argentina y España en los siglos XIX y XX. Un estudio comparativo*. Abril 2012.

DT 38: Walther L. Bernecker, *Entre dominación europea y estadounidense: independencia y comercio exterior de México (siglo XIX)*. Mayo 2012.

DT 39: Edel José Fresneda, *El concepto de Subdesarrollo Humano Socialista: ideas nudo sobre una realidad social*. Junio 2012.

DT 40: Sergio A. Cañedo, Martha Beatriz Guerrero, Elda Moreno Acevedo, José Joaquín Pinto e Iliana Marcela Quintanar, *Fiscalidad en América Latina. Monográfico Historia*. Julio de 2012.



DT 41: Nicolás Villanova, *Los recuperadores de desechos en América Latina y su vínculo con las empresas. Un estudio comparado entre diferentes países de la región y avances para la construcción de una hipótesis*. Agosto de 2012.

DT 42: Juan Carlos Berganza, María Goenaga Ruiz de Zuazu y Javier Martín Román, *Fiscalidad en América Latina. Monográfico Economía*. Septiembre de 2012.

DT 43: Emiliano Abad García, *América Latina y la experiencia postcolonial: identidad subalterna y límites de la subversión epistémica*. Octubre 2012.

DT 44: Sergio Caballero Santos, *Unasur y su aporte a la resolución de conflictos sudamericanos: el caso de Bolivia*. Noviembre 2012.

DT 45: Jacqueline Alejandra Ramos, *La llegada de los juristas del exilio español a México y su incorporación a la Escuela Nacional de Jurisprudencia*. Diciembre 2012.

DT 46: Maíra Machado Bichir, *À guisa de um debate: um estudo sobre a vertente marxista da dependencia*. Enero 2013.

DT 47: Carlos Armando Preciado de Alba. *La apuesta al liberalismo. Visiones y proyectos de políticos guanajuatenses en las primeras décadas del México independiente*. Febrero 2013.

DT 48: Karla Annett Cynthia Sáenz López y Elvin Torres Bulnes, *Evolución de la representación proporcional en México*. Marzo 2013.

DT 49: Antônio Márcio Buainain y Junior Ruiz Garcia, *Roles and Challenges of Brazilian Small Holding Agriculture*. Abril 2013.

DT 50: Angela Maria Hidalgo, *As Influências da Unesco sobre a Educação Rural no Brasil e na Espanha*. Mayo 2013.

DT 51: Ermanno Abbondanza, *“Ciudadanos sobre mesa”. Construcción del Sonorense bajo el régimen de Porfirio Díaz (México, 1876-1910)*. Junio 2013.

DT 52: *Seminario Internacional: América Latina-Caribe y la Unión Europea en el nuevo contexto internacional*. Julio 2013.

DT 53: Armando Martínez Garnica, *La ambición desmedida: una nación continental llamada Colombia*. Agosto 2013.

DT 55: Beatriz Urías Horcasitas, *El nacionalismo revolucionario mexicano y sus críticos (1920-1960)*. Octubre 2013.



DT 56: Josep Borrell, *Europa, América Latina y la regionalización del mundo*. Noviembre 2013.

DT 57: Mauren G. Navarro Castillo, *Understanding the voice behind The Latino Gangsters*. Diciembre 2013.

DT 58: Gabriele Tomei, *Corredores de oportunidades. Estructura, dinámicas y perspectivas de las migraciones ecuatorianas a Italia*. Enero 2014.

DT 59: Francisco Lizcano Fernández, *El Caribe a comienzos del siglo XXI: composición étnica y diversidad lingüística*. Febrero 2014.

DT 60: Claire Wright, *Executives and Emergencies: Presidential Decrees of Exception in Bolivia, Ecuador, and Peru*. Marzo 2014.

DT 61: Carlos de Jesús Becerril H., *Un acercamiento a la historiografía sobre las instituciones jurídicas del Porfiriato, 1876-1911*. Abril 2014.

DT 62: Gonzalo Andrés García Fernández, *El pasado como una lección del presente. Una reflexión histórica para el Chile actual*. Mayo 2014.

DT 63: Cecilia A. Fandos, *Tierras comunales indígenas en Argentina. Una relectura de la desarticulación de la propiedad comunal en Jujuy en el siglo XIX*. Junio 2014.

DT 64: Ramón Casilda Béjar, *América Latina y las empresas multilatinas*. Julio 2014.

DT 65: David Corrochano Martínez, *Política y democracia en América Latina y la Unión Europea*. Agosto 2014.

DT 66: Pablo de San Román, *Participación o ruptura: la ilusión del capitalismo sindical en la Argentina post- peronista*. Septiembre de 2014.

DT 67: José Joaquín Pinto Bernal, *Los orígenes de la deuda pública en Colombia*. Octubre de 2014.

DT 68: Fernando Martín Morra, *Moderando inflaciones moderadas*. Noviembre de 2014.

DT 69: Janete Abrão, *Como se deve (re)escrever a História nacional?*. Diciembre de 2014.

DT 70: Estela Cristina Salles y Héctor Omar Noejovich, *La transformación política, jurídica y económica del territorio originario del virreinato del Perú, 1750-1836*. Enero de 2015.



DT 71: M<sup>o</sup> Isabel Garrido Gómez, J. Alberto del Real Alcalá y Ángeles Solanes Corella, Modernización y mejora de la Administración de Justicia y de la operatividad de los jueces en España. Febrero 2015

DT 72: Guido Zack, El papel de las políticas públicas en los períodos de crecimiento y desaceleración de América Latina. Marzo 2015.

DT: 73: Alicia Gil Lázaro y María José Fernández Vicente, Los discursos sobre la emigración española en perspectiva comparada, principios del siglo XX- principios del siglo XXI. Abril 2015.

DT: 74: Pablo de San Román, Desconfianza y participación: la cultura política santafesina (Argentina, 2014). Mayo 2015.

DT: 75: María Teresa Gallo, Rubén Garrido, Efraín Gonzales de Olarte y Juan Manuel del Pozo, La cara amarga del crecimiento económico peruano: Persistencia de la desigualdad y divergencia territorial. Junio 2015.

DT: 76: Leopoldo Gamarra Vílchez, Crisis económica, globalización y Derecho del Trabajo en América Latina. Julio 2015.

DT: 77: Alicia Gil Lázaro, Eva Sanz Jara e Inmaculada Simón, Universalización e historia. Repensar los pasados para imaginar los futuros. Agosto 2015.

DT: 78: Sonia Oster Mena, Corportate Diplomacy in the EU. The strategic corporate response to meet global challenges. Septiembre 2015

DT: 79: Edgar Záyago Lau, Guillermo Foladori, Liliana Villa Vázquez, Richard P. Appelbaum y Ramón Arteaga Figueroa, Análisis económico sectorial de las empresas de nanotecnología en México, Octubre 2015.

DT: 80: Yurena González Ayuso, Presente y pasado de la transición española. Un estado de la cuestión pertinente, Noviembre 2015.

DT: 81: Janet Abrao, Construções discursivo-ideológicas e históricas da identidade nacional brasileira, Diciembre 2015.



---

Todas las publicaciones están disponibles en la página Web del Instituto: [www.ielat.es](http://www.ielat.es)

© Instituto de Estudios Latinoamericanos (IELAT)

Los documentos de trabajo que IELAT desarrolla contienen información analítica sobre distintos temas y son elaborados por diferentes miembros del Instituto u otros profesionales colaboradores del mismo. Cada uno de ellos ha sido seleccionado y editado por el IELAT tras ser aprobado por la Comisión Académica correspondiente.

Desde el IELAT animamos a que estos documentos se utilicen y distribuyan con fines académicos indicando siempre la fuente. La información e interpretación contenida en los documentos son de exclusiva responsabilidad del autor y no necesariamente reflejan las opiniones del IELAT.

---

Instituto de Estudios Latinoamericanos  
Colegio de Trinitarios  
C/Trinidad 1 – 28801  
Alcalá de Henares (Madrid)  
España  
34 – 91 885 2579  
[ielat@uah.es](mailto:ielat@uah.es)  
[www.ielat.es](http://www.ielat.es)

P.V.P.: 20 €

Con la colaboración de:

